



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, junho/2011

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Barbosa

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Felipe Palmeira Bardella

**EQUIPE**

Alexandre Bueno Damado

Andresa Costa Biason

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Karla de Lima Rocha

Renato Nogueira Starling

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 5 (mai. 2011). – Brasília : STN, 1995\_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.  
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

---

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em maio, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 4,1 bilhões, contra superávit de R\$ 15,6 bilhões, em abril. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 6,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,4 bilhões e R\$ 26,6 milhões, respectivamente.

*O resultado primário do Governo Central, em maio de 2011, foi superavitário em R\$ 4,1 bilhões, contra superávit de R\$ 15,6 bilhões, em abril.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	ABR 2011	MAI 2011	JAN - MAI 2010 2011	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>89.354,9</b>	<b>75.600,5</b>	<b>337.639,3</b>	<b>396.346,2</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>70.586,1</b>	<b>56.326,6</b>	<b>258.652,9</b>	<b>304.840,5</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	70.914,5	56.800,5	260.855,0	306.739,0
I.1.1.1. Impostos	34.513,1	25.932,2	117.950,7	146.715,2
I.1.1.2. Contribuições	23.608,2	21.409,2	98.700,1	115.456,7
I.1.1.3. Demais	12.793,2	9.459,1	44.204,2	44.567,1
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-328,4	-403,9	-2.107,4	-1.776,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-70,0	-94,6	-121,9
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>18.546,2</b>	<b>19.039,8</b>	<b>78.078,1</b>	<b>90.499,6</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	18.064,0	18.542,2	76.197,8	88.423,2
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	482,2	497,6	1.880,2	2.076,4
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>222,6</b>	<b>234,1</b>	<b>908,4</b>	<b>1.006,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>14.397,7</b>	<b>16.281,9</b>	<b>58.177,6</b>	<b>72.559,3</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)</b>	<b>74.957,2</b>	<b>59.318,5</b>	<b>279.461,7</b>	<b>323.787,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>59.406,8</b>	<b>55.200,3</b>	<b>255.232,9</b>	<b>278.334,8</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>34.856,6</b>	<b>33.480,0</b>	<b>156.215,3</b>	<b>168.945,2</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	16.392,2	13.868,7	65.906,4	73.268,7
IV.1.2. Custeio e Capital	18.278,6	19.408,2	89.825,4	94.805,7
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.839,0	2.221,7	9.297,1	9.993,6
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	639,3	681,1	4.140,0	3.829,1
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.067,8	2.072,2	9.058,0	10.193,4
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	13.732,4	14.433,1	67.330,3	70.789,6
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	10.736,3	10.943,1	50.639,2	53.918,6
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	2.996,1	3.490,0	16.691,0	16.871,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	185,8	203,1	483,4	870,8
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>24.275,6</b>	<b>21.459,6</b>	<b>97.895,3</b>	<b>108.121,9</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	18.974,5	16.763,9	76.147,4	84.437,3
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	5.301,1	4.695,8	21.747,9	23.684,6
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>274,6</b>	<b>260,7</b>	<b>1.122,3</b>	<b>1.267,6</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>15.550,4</b>	<b>4.118,3</b>	<b>24.228,9</b>	<b>45.452,2</b>
VI.1. Tesouro Nacional	21.331,9	6.564,7	44.260,0	63.336,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-5.729,5	-2.419,8	-19.817,2	-17.622,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-910,6	1.778,4	50,4	3.986,0
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.818,9	-4.198,2	-19.867,6	-21.608,2
VI.3. Banco Central (6)	-52,0	-26,6	-214,0	-261,5
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>1,69%</b>	<b>2,83%</b>

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN - MAI %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
<b>Receitas</b>	<b>17,9%</b>	<b>17,4%</b>
Tesouro	18,9%	17,9%
Previdência	15,0%	15,9%
<b>Transferências</b>	<b>12,4%</b>	<b>24,7%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,1%</b>	<b>15,9%</b>
<b>Despesas</b>	<b>18,5%</b>	<b>9,1%</b>
Benefícios	14,1%	10,4%
Pessoal	8,4%	11,2%
Custeio e Capital	33,3%	5,5%
FAT	6,6%	7,5%
Subsídios	195,5%	-7,5%
LOAS/RMV	18,6%	12,5%
Outras	35,7%	5,1%
Custeio	25,5%	6,5%
Capital	79,9%	1,1%
<b>PIB</b>	<b>16,2%</b>	<b>12,3%</b>

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 14,1 bilhões (19,9%), passando de R\$ 70,9 bilhões, em abril, para R\$ 56,8 bilhões, em maio. Essa evolução decorreu principalmente: i) do decréscimo de

R\$ 5,0 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 2,1 bilhões na da CSLL, em função do pagamento, em abril de 2011, da 1ª cota ou da cota única referente à apuração trimestral desses tributos encerrada em março de 2011; ii) da redução de R\$ 3,2 bilhões na cota-parte de compensações devido ao recolhimento sazonal, em abril, da participação especial apurada trimestralmente; iii) da redução de R\$ 2,5 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas em função, especialmente, do ingresso de R\$ 2,5 bilhões por recolhimento de taxa de fiscalização das telecomunicações, ocorrido no mês de abril; iv) da diminuição de R\$ 2,2 bilhões no IRPF, reflexo do pagamento, em abril, da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste 2011 (ano base 2010); v) do crescimento de R\$ 1,1 bilhão na receita de concessões devido a receitas advindas da outorga de serviços de telecomunicações, principalmente, R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B); e vi) do crescimento de R\$ 969,8 milhões em outras receitas.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 16,3 bilhões em maio, contra R\$ 14,4 bilhões no mês anterior, registrando aumento de 13,1%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 12,3 bilhões, com crescimento de 13,7% frente a abril, em decorrência da melhor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de abril, que repercute nas transferências de maio. As demais transferências aumentaram R\$ 881,9 milhões, impactadas pelo incremento de R\$ 2,0 bilhões nos repasses de royalties, reflexo do recolhimento trimestral apurado pela União no mês anterior. No sentido contrário, destaca-se o decréscimo de R\$ 1,1 bilhão nas transferências do Fundeb, impactado pelo ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo efetuado em abril, relativos ao exercício de 2010, conforme Portaria MEC nº 380/2011.

Do lado dos dispêndios, verificou-se a redução de R\$ 1,4 bilhão (3,9%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a abril.

Os gastos com pessoal e encargos sociais reduziram-se em R\$ 2,5 bilhões frente ao mês anterior refletindo, especialmente, o pagamento de sentenças judiciais e precatórios nos valores de R\$ 3,2 bilhões, em abril, e R\$ 778,9 milhões, em maio.

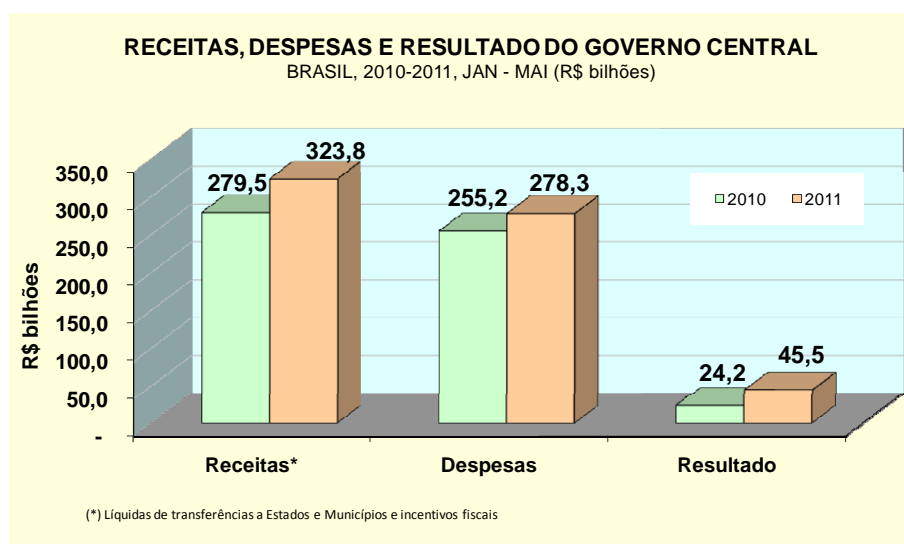
Por outro lado, o pagamento de sentenças judiciais e precatórios de custeio cresceu R\$ 660,8 milhões, contribuindo para o aumento de R\$ 700,7 milhões em outras despesas de custeio e capital. Também contribuíram para esse aumento as despesas com créditos extraordinários (crescimento de R\$ 150,5 milhões) e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (aumento de R\$ 146,3 milhões). As despesas discricionárias, por outro lado, reduziram-se em R\$ 307,3 milhões, refletindo a redução de R\$ 406,1 milhões nas despesas do Ministério da Saúde e de R\$ 190,7 milhões no Ministério da Defesa, parcialmente compensadas pelo crescimento de R\$ 149,6 milhões no Ministério das Cidades.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/11	MAI/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	10.779,2	12.259,1
CIDE-Combustíveis	477,6	-
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	2.978,3	3.860,3
<b>Total</b>	<b>14.397,7</b>	<b>16.281,9</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,4 bilhões, contra déficit de R\$ 5,7 bilhões apurado em abril. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 493,6 milhões. Os benefícios previdenciários, por sua vez, diminuíram R\$ 2,8 bilhões, refletindo o pagamento de R\$ 3,2 bilhões de precatórios em abril, frente a R\$ 301,1 milhões em maio. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 1,8 bilhão no mês, contra déficit de R\$ 910,6 milhões, em abril. A parcela rural registrou déficit de R\$ 4,2 bilhões, em maio, contra déficit de R\$ 4,8 bilhões, em abril.

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 45,5 bilhões frente a um superávit de R\$ 24,2 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 21,2 bilhões ou 87,6%, na comparação entre os dois períodos. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 19,1 bilhões (43,1%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 2,2 bilhões (11,1%) no déficit da previdência.



A receita bruta do Tesouro Nacional, de janeiro a maio de 2011, apresentou crescimento de R\$ 45,9 bilhões (17,6%) relativamente ao mesmo período de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 9,4 bilhões, 24,4%) e da CSLL (R\$ 3,6 bilhões, 17,8%) devido à apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e ao ajuste anual de 2010, com recolhimento no período de janeiro a março de 2011; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 8,7 bilhões, 16,0%) e PIS/Pasep (R\$ 2,6 bilhões, 18,3%) devido ao aumento no volume de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 8,7 bilhões, 22,0%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 5,1

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	3,09%	3,94%
Previdência Social	-1,38%	-1,10%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
<b>Governo Central</b>	<b>1,69%</b>	<b>2,83%</b>

bilhões, 20,3%), Rendimentos do Capital (R\$ 2,3 bilhões, 30,0%) e Remessas ao Exterior (R\$ 1,1 bilhão, 24,5%); iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 3,9 bilhões, 26,7%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária; v) aumento de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação do IRPF decorrente da tributação do lucro obtido na alienação de bens e direitos; vi) crescimento de R\$ 2,2 bilhões na arrecadação do imposto de importação devidos ao crescimento do valor em dólar das importações e da alíquota do tributo, conjugados com a redução da taxa média de câmbio; vii) incremento nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 2,2 bilhões, 17,4%); viii) crescimento de R\$ 2,0 bilhões (20,3%) na arrecadação do IOF devido ao aumento de volume das operações de crédito; ix) aumento de R\$ 1,0 bilhão (236,8%) em concessões, em função, especialmente, de receitas no mês de maio de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, dos quais R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B); e x) redução de R\$ 2,8 bilhões em outras receitas, explicado pela reclassificação, em janeiro e março de 2011, de R\$ 1,4 bilhão para o IRPJ e o IPI e pelo término, em novembro de 2010, de pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Medida Provisória nº 470/2009.

*Houve elevação de R\$ 14,4 bilhões (24,7%) nas transferências a Estados e Municípios nos primeiros cinco meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.*

Nos primeiros cinco meses de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 14,4 bilhões (24,7%). Esta evolução decorre: i) do crescimento de R\$ 12,7 bilhões (29,9%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) do incremento de R\$ 2,0 bilhões (80,1%) nas transferências do Fundeb, devido, principalmente, ao valor transferido em janeiro de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo, relativos ao exercício de 2010, conforme Portaria MEC nº 380/2011, transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

*As despesas do PAC cresceram R\$ 2,6 bilhões (36,5%) em 2011, em comparação com os primeiros cinco meses de 2010.*

Até maio de 2011, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 12,7 bilhões (8,1%) frente ao mesmo período de 2010. Essa evolução decorreu, principalmente dos aumentos: i) de R\$ 7,4 bilhões (11,2%) nas despesas com pessoal e encargos sociais (como percentual do PIB, essa rubrica registrou redução de 0,05 p.p); ii) de R\$ 3,0 bilhões (5,9%) nas despesas discricionárias; iii) de R\$ 2,6 bilhões (36,5%) nas despesas do PAC; e iii) de R\$ 1,1 bilhão nas despesas com LOAS/RMV

(12,5%). Por outro lado, o pagamento de sentenças judiciais e precatórios de custeio e capital reduziu-se em R\$ 1,1 bilhão (55,2%).

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 2,2 bilhões (11,1%) relativamente aos primeiros cinco meses de 2010, alcançando R\$ 17,6 bilhões frente aos R\$ 19,8 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 12,4 bilhões (15,9%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 10,2 bilhões (10,4%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 4,0 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 21,6 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 56,8 bilhões em maio contra R\$ 70,9 bilhões verificados em abril de 2011 (diminuição de 19,9%). Este comportamento é explicado pelos decréscimos de R\$ 8,6 bilhões (24,9%) na arrecadação de impostos, de R\$ 3,3 bilhões (26,1%) nas demais receitas e de R\$ 2,2 bilhões (9,3%) nas contribuições.

Em maio, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 25,9 bilhões e as de contribuições R\$ 21,4 bilhões, apresentando em seu conjunto queda de R\$ 10,8 bilhões (18,5%) em relação aos valores apurados em abril. Esse resultado reflete, sobretudo os seguintes decréscimos: i) R\$ 5,0 bilhões (44,6%) na arrecadação do IRPJ e de R\$ 2,1 bilhões (39,6%) na de CSLL em função do pagamento, em abril de 2011, da 1ª cota ou da cota única referente à apuração trimestral encerrada em março deste ano; e ii) R\$ 2,2 bilhões (45,8%) na arrecadação de IRPF, em função do pagamento, em abril, da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste 2011 (ano base 2010).

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram decréscimo de R\$ 3,3 bilhões (26,1%), tendo sido influenciadas pelas seguintes variações i) queda de R\$ 3,2 bilhões na cota parte de compensações devido ao recolhimento sazonal, em abril, da participação especial apurada trimestralmente; ii) diminuição de R\$ 2,5 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas em função, principalmente, do ingresso de R\$ 2,5 bilhões, em abril, referente ao recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); e iii) aumento de R\$ 1,1 bilhão na rubrica concessões em função de receitas advindas da outorga de serviços de telecomunicações, principalmente, R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B).

*O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 2,2 bilhões (11,1%) relativamente aos primeiros cinco meses de 2010.*

### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou queda de 19,9% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	ABR/11	MAI/11
<b>Impostos</b>	<b>34.513,1</b>	<b>25.932,2</b>
Imposto de Renda	25.933,8	17.450,7
IPI	3.862,8	3.637,8
Outros	4.716,5	4.843,8
<b>Contribuições</b>	<b>23.608,2</b>	<b>21.409,2</b>
Cofins	12.677,3	12.643,8
CPMF	5,3	7,0
CSLL	5.238,1	3.165,5
Cida - Combustíveis	883,7	796,3
Outras	4.803,7	4.796,5
<b>Demais</b>	<b>12.793,2</b>	<b>9.459,1</b>
Cota parte	4.616,0	1.414,5
Diretamente Arrecadada	4.819,4	2.324,1
Dividendos da União	2.245,9	2.570,6
Concessões	11,4	1.071,9
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	1.100,5	2.078,0
<b>Total Bruto</b>	<b>70.914,5</b>	<b>56.800,5</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos primeiros cinco meses de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia e as alterações na legislação tributária.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,8% nos cinco primeiros meses de 2011, dos quais 9,12% correspondem à arrecadação de impostos, 7,2% à de contribuições e 2,8% às demais receitas.

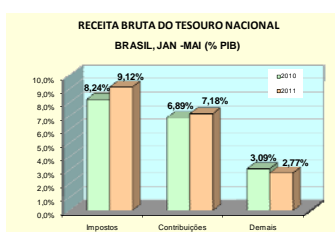
Na comparação com os cinco primeiros meses de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 45,9 bilhões (17,6%), passando de R\$ 260,9 bilhões para R\$ 306,7 bilhões. Esse crescimento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial, além de alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis, móveis e eletrodomésticos em 2010.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 9,4 bilhões (24,4%) no IRPJ e de R\$ 3,6 bilhões (17,8%) na CSLL, explicado pelo desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e do ajuste anual de 2010, com recolhimento no período de janeiro a março de 2011.
- crescimento de R\$ 8,7 bilhões (22,0%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 5,1 bilhões (20,3%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 15,4% da massa salarial habitual nos meses de dezembro de 2010 a março de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 2,3 bilhões (30,0%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a maio de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento de 30,2% em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento de 42,6% no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 1,1 bilhão (24,5%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.
- incremento de R\$ 8,7 bilhões (16,0%) na Cofins e de R\$ 2,6 bilhões (18,3%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 13,0% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a abril de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações; e iii) aos recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais na Cofins, no valor de R\$ 530 milhões, em março de 2011, e de R\$ 395 milhões, em fevereiro de 2010, e depósitos judiciais no valor de R\$ 66 milhões no PIS-Pasep, em abril de 2011.
- incremento de R\$ 3,9 bilhões (26,7%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2010	2011
<b>Impostos</b>	<b>8,24%</b>	<b>9,12%</b>
Imposto de Renda	5,98%	6,61%
IPI	1,02%	1,15%
Outros	1,24%	1,37%
<b>Contribuições</b>	<b>6,89%</b>	<b>7,18%</b>
Cofins	3,79%	3,92%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,42%	1,49%
Cide - Combustíveis	0,21%	0,23%
Outras	1,46%	1,53%
<b>Demais</b>	<b>3,09%</b>	<b>2,77%</b>
Cota parte	0,82%	0,77%
Diretamente Arrecadada	0,88%	0,92%
Dividendos da União	0,63%	0,50%
Concessões	0,03%	0,08%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	0,00%
Outras	0,73%	0,50%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,22%</b>	<b>19,08%</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.





redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 28,6% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 6,1% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e a redução de 8,6% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido a maiores crescimentos observados em fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, fabricação de veículos, exceto automóveis, e metalurgia; ao término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como a reclassificação, por estimativa, de R\$ 149 milhões, no mês de janeiro de 2011 e de R\$ 111 milhões em abril de 2011.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 362,9 milhões (0,8%), em relação aos cinco primeiros meses de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) redução de R\$ 1,0 bilhão (11,0%) em dividendos; ii) redução de R\$ 2,8 bilhões (42,6%) em outras receitas, explicado pela reclassificação, em janeiro e março de 2011, de R\$ 1,4 bilhão para o IRPJ e o IPI e pelo término, em novembro de 2010, de pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Medida Provisória nº 470/2009; iii) aumento de R\$ 2,2 bilhões (17,4%) nas receitas diretamente arrecadadas, e iv) aumento de R\$ 1,0 bilhão (236,8%) em concessões em função, especialmente, de receitas no mês de maio de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, principalmente, R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B).

Em maio de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 16,3 bilhões, contra R\$ 14,4 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de R\$ 1,9 bilhão (13,1%). Esse comportamento resulta de: i) crescimento de R\$ 2,0 bilhões nas transferências de royalties; ii) crescimento de R\$ 1,5 bilhão nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de abril, com reflexo nas transferências de maio; iii) decréscimo de R\$ 1,1 bilhão nas transferências de Fundeb, impactado, especialmente, pelo ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo efetuado em abril, relativos ao exercício de 2010, conforme Portaria MEC nº 380/2011; e iv) diminuição de R\$ 477,6 milhões nas transferências da CIDE.

Nos primeiros cinco meses de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 14,4 bilhões (24,7%), elevando-se de R\$ 58,2 bilhões nos cinco primeiros meses de 2010, para R\$ 72,6 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 12,7 bilhões (29,9%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e

## **Transferências a Estados e Municípios**

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/11	MAI/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	10.779,2	12.259,1
CIDE-Combustíveis	477,6	-
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	2.978,3	3.860,3
<b>Total</b>	<b>14.397,7</b>	<b>16.281,9</b>

<sup>1</sup>Inclui auxílio financeiro

*Houve elevação de 24,7% nas transferências a Estados e Municípios nos primeiros cinco meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.*

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Abr	Mai*
Terceiro Decêndio	13.517,8	18.781,0
Primeiro Decêndio	2.699,1	2.051,4
Segundo Decêndio	7.438,3	6.318,7
<b>Total</b>	<b>23.655,1</b>	<b>27.151,1</b>

\*Inclui valores transferidos relativos à classificação de R e IPI por estimativa.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outras)	2,96%	3,43%
CIDE - Combustíveis	0,06%	0,06%
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,06%	0,05%
Demais	0,98%	0,97%
<b>Total</b>	<b>4,06%</b>	<b>4,51%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/11	MAI/11
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>16.392,2</b>	<b>13.868,7</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>18.278,6</b>	<b>19.408,2</b>
Despesas do FAT	1.839,0	2.221,7
Subsídios e Subvenções	639,3	681,1
LOAS/RMV	2.067,8	2.072,2
Outras	13.732,4	14.433,1
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>185,8</b>	<b>203,1</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS <sup>1</sup>		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	ABR/11	MAI/11
<b>Agricultura</b>	<b>275,1</b>	<b>233,7</b>
Custeio Agropecuário	138,4	3,1
Investimento Rural	0,1	6,2
Preços Agrícolas	-63,6	60,7
- EGF	0,3	0,0
- AGF	-63,9	-69,3
- Sustain. de preços	0,0	130,0
Pronaf	163,1	122,6
Pesa	6,4	15,7
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	25,6	18,9
FUNCAFÉ	5,2	6,4
Revitaliza	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>0,1</b>	<b>28,9</b>
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,4	-1,2
Exportação (Proex)	1,4	30,1
<b>Total</b>	<b>275,1</b>	<b>262,6</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

ii) incremento de R\$ 2,0 bilhões (80,1%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 33,5 bilhões, contra R\$ 34,9 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de R\$ 1,4 bilhão (3,9%). As principais variações em relação ao mês anterior foram: i) redução de R\$ 2,5 bilhões (15,4%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais; e ii) aumento de R\$ 1,1 bilhão (6,2%) registrado nas despesas de Custeio e Capital.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais diminuíram R\$ 2,5 bilhões em relação ao mês anterior, devido, principalmente, à redução do pagamento de sentenças judiciais e precatórios, que registraram R\$ 778,9 milhões em maio, contra R\$ 3,2 bilhões, em abril de 2011 (redução de R\$ 2,4 bilhões).

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 19,4 bilhões (incremento de 6,2%), dos quais R\$ 14,4 bilhões (crescimento de 5,1%) relativos a outras despesas de custeio e capital. As despesas com o FAT atingiram R\$ 2,2 bilhões, com aumento de R\$ 382,6 milhões (20,8%), enquanto os gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas cresceram R\$ 41,8 milhões (6,5%). As despesas com LOAS/RMV mantiveram-se no patamar do mês anterior, de R\$ 2,1 bilhões.

No caso das despesas do FAT, verificou-se execução de R\$ 2,1 bilhões em maio, contra gastos de R\$ 1,8 bilhão realizados em abril. Esse crescimento decorreu, principalmente, do acréscimo de R\$ 342,0 milhões (18,9%) nos gastos com pagamento de seguro desemprego. Não foi registrado desembolso com abono salarial nos meses de abril e maio.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a pequena variação das despesas decorreu, principalmente, da execução das políticas de Custeio Agropecuário (redução de R\$ 135,3 milhões) e de preços agrícolas, especialmente sustentação de preços (R\$ 130,0 milhões frente à ausência de desembolso em abril).

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo de R\$ 700,7 milhões foi influenciado pelo pagamento de R\$ 738,1 milhões em sentenças judiciais, frente a R\$ 77,3 milhões, em abril. Adicionalmente, cresceram as despesas com créditos extraordinários (R\$ 150,5 milhões) e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (R\$ 146,3 milhões). Por outro lado, as despesas discricionárias reduziram-se em R\$ 307,3 milhões, refletindo as reduções de R\$ 406,1 milhões das despesas do Ministério da Saúde, de R\$ 190,7 milhões do Ministério da Defesa, de R\$ 45,3 milhões do Ministério da Previdência, não obstante o crescimento de R\$ 149,6 milhões das despesas do Ministério das Cidades.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,51% do PIB no período de janeiro a maio de 2011, contra 10,91% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 12,7 bilhões (8,1%) em relação ao ano anterior, destacando-se os incrementos de R\$ 7,4 bilhões (11,2%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e de R\$ 5,0 bilhões (5,5%) nas Despesas de Custeio e Capital.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 6,27% para 5,90% do PIB (decréscimo de 0,38 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 0,30 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; ii) redução em 0,05 p.p. nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; e, iii) redução de 0,03 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT. As despesas com LOAS/RMV não registraram alteração em relação ao PIB.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,05 p.p. em relação ao PIB no período, passando de 4,60% em 2010, para 4,56% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 7,4 bilhões, decorrente do acréscimo nominal de R\$ 670,6 milhões no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e de R\$ 6,1 bilhões do Poder Executivo. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 4,2 bilhões em 2011, contra desembolso de R\$ 3,6 bilhões no mesmo período de 2010 (crescimento de R\$ 608,7 milhões).

As despesas do FAT atingiram R\$ 10,0 bilhões nos cinco primeiros meses de 2011, contra R\$ 9,3 bilhões em igual período do ano anterior. Esse desempenho reflete o crescimento das despesas com seguro desemprego, uma vez que não houve desembolso com abono em 2011 e as demais despesas do FAT recuaram em R\$ 19,9 milhões.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 3,8 bilhões em 2011, contra R\$ 4,1 bilhões no mesmo período de 2010. Esta redução de R\$ 310,9 milhões no período registrou-se nos seguintes programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 1,6 bilhão); ii) reordenamento de passivos (R\$ 496,9 milhões) devido à despesa de mesmo valor de janeiro a abril de 2010, sem contra-

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/11	MAI/11
Precatórios e Sentenças	77,3	738,1
Legislativo	105,2	114,6
Judiciário	466,9	495,7
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	354,7	505,2
PAC <sup>2</sup>	2.097,3	2.243,6
Outras <sup>3</sup>	110,7	122,9
Discricionárias	10.520,3	10.213,0
d/q Min. da Saúde	4.588,2	4.182,1
Min. do Des. Social	1.556,6	1.592,9
Min. da Educação	1.474,7	1.477,0
Min. da Defesa	974,4	783,8
Min. da Ciência e Tec.	266,1	292,4
Min. do Des. Agrário	117,9	138,6
Min. da Justiça	214,7	233,7
Min. da Previdência	167,6	122,4
Min. dos Transportes	84,0	88,7
Min. das Cidades	36,8	186,4
Demais	1.039,2	1.114,9
<b>Total</b>	<b>13.732,4</b>	<b>14.433,1</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 10.683/03.

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>10,91%</b>	<b>10,51%</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,60%</b>	<b>4,56%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>6,27%</b>	<b>5,90%</b>
Despesas do FAT	0,65%	0,62%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,29%	0,24%
LOAS/RMV	0,63%	0,63%
Outras	4,70%	4,40%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,05%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

*Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,05 p.p. em relação ao PIB no acumulado de 2011 relativamente ao mesmo período de 2010.*

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS <sup>1</sup>		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN - MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
<b>Agricultura</b>	<b>2.571,9</b>	<b>1.963,4</b>
Custeio Agropecuário	19,7	350,1
Investimento Rural	10,0	29,5
Preços Agrícolas	1.652,7	-209,6
- EGF	87,3	28,4
- AGF	978,5	-646,1
- Sustent. de preços	586,8	408,0
Pronaf	213,4	1.273,8
Pesa	122,0	340,9
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	490,9	109,7
FUNCAFÉ	63,1	43,2
Revitaliza	0,0	25,7
<b>Outros</b>	<b>-167,9</b>	<b>126,0</b>
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-6,0	-6,8
Exportação (Proex)	-161,9	132,9
<b>Total</b>	<b>2.404,0</b>	<b>2.089,4</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.  
<sup>2</sup> Dados revisados

partida em 2011; iii) Fundo da Terra/Incra (R\$ 381,2 milhões); e iv) Sustentação de Preços (R\$ 178,8 milhões). Por outro lado, houve aumento nos dispêndios do Pronaf (R\$ 1,1 bilhão), do Custeio Agropecuário (R\$ 330,4 milhões) e do Pesa (R\$ 218,9 milhões). Em complemento, houve retorno líquido do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) de R\$ 132,9 milhões em 2011, contra despesas de R\$ 161,9 milhões em 2010 (variação de R\$ 294,8 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,1 bilhão (12,5%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada pelos reajustes 5,9% e 0,9% do salário mínimo nos meses de janeiro e março de 2011, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 7,0% no período de janeiro a maio de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média).

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2011						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
mai/01	1.244.602	-	421.223	-	823.380	-
mai/02	1.385.071	11%	496.463	18%	888.609	8%
mai/03	1.591.721	15%	603.991	22%	987.730	11%
mai/04	1.788.734	12%	739.440	22%	1.049.294	6%
mai/05	2.111.718	18%	965.206	31%	1.146.512	9%
mai/06	2.331.776	10%	1.096.917	14%	1.234.859	8%
mai/07	2.515.111	8%	1.205.739	10%	1.309.373	6%
mai/08	2.735.309	9%	1.321.712	10%	1.413.597	8%
mai/09	2.990.468	9%	1.452.987	10%	1.537.481	9%
mai/10	3.220.047	8%	1.558.654	7%	1.661.393	8%
mai/11	3.446.944	7%	1.638.675	5%	1.808.270	9%

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN - MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Precatórios e Sentenças	2.076,4	930,2
Legislativo	477,8	510,2
Judiciário	2.027,8	2.251,5
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	3.361,8	2.670,9
PAC <sup>2</sup>	7.180,2	9.802,3
Outras <sup>3</sup>	1.185,1	578,9
Discricionárias	51.021,1	54.045,5
d/q Min. da Saúde	21.137,4	22.424,4
Min. do Des. Social	6.964,7	7.627,1
Min. da Educação	6.876,4	8.156,0
Min. da Defesa	4.676,1	4.873,4
Min. da Ciência e Tec.	1.518,4	1.504,9
Min. do Des. Agrário	902,8	497,3
Min. da Justiça	1.198,9	1.057,9
Min. da Previdência	812,0	719,1
Min. dos Transportes	552,2	394,7
Min. das Cidades	537,7	326,6
Demais	5.844,3	6.464,2
<b>Total</b>	<b>67.330,3</b>	<b>70.789,6</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

*Em 2011, os gastos com Programa de Aceleração de Crescimento totalizaram R\$ 9,8 bilhões (incremento de 36,5%) em relação ao exercício de 2010.*

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 3,5 bilhões (5,1%) nos primeiros cinco meses de 2011 em relação ao exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 3,0 bilhões (5,9%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 2,6 bilhões (36,5%). Por outro lado, registraram redução no período as sentenças judiciais (R\$ 1,1 bilhão, 55,2%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R\$ 788,1 milhões, 100,0%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 1,3 bilhão), da Educação (R\$ 1,3 bilhão) e do Desenvolvimento Social (R\$ 662,4 milhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 16,9 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 180,5 milhões (1,1%) em relação ao ano de 2010.

O montante pago de restos a pagar (RP), em maio de 2011, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 12,9 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 5,4 bilhões), da Saúde (R\$ 3,4 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,8 bilhões), destacando os projetos Implantação, Modernização e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (R\$ 252,4 milhões), Expansão do Ensino Superior (R\$ 68,8 milhões), REUNI - Readequação da Infra-Estrutura de Universidades Federais (R\$ 431,4 milhões); Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais (R\$ 514,5 milhões); Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 391,7 milhões) e Construção de Submarinos (R\$ 189,5 milhões).



Em maio, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,4 bilhões, contra um déficit de R\$ 5,7 bilhões em abril. Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu R\$ 2,2 bilhões, passando de R\$ 19,8 bilhões nos primeiros cinco meses de 2010, para R\$ 17,6 bilhões no mesmo período de 2011.

## Previdência Social

*Em maio, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 2,4 bilhões, contra déficit de R\$ 5,7 bilhões em abril.*

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	ABR	MAI	JAN - MAI	
	2011	2011	2010	2011
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>18.546,2</b>	<b>19.039,8</b>	<b>78.078,1</b>	<b>90.499,6</b>
Arrecadação Bruta	20.494,0	21.085,5	87.501,5	101.768,0
- Contribuição Previdenciária	18.571,9	19.124,9	79.161,6	92.100,9
- Simples	1.707,9	1.749,0	7.116,1	8.680,0
- CFT	72,0	47,9	237,1	163,1
- Depósitos Judiciais	132,0	154,1	935,3	774,3
- Refis	10,2	9,6	51,3	49,6
(-) Restituição/Devolução	-60,4	-106,3	-240,6	-318,4
(-) Transferências a Terceiros	-1.887,5	-1.939,3	-9.182,9	-10.949,9
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>24.275,6</b>	<b>21.459,6</b>	<b>97.895,3</b>	<b>108.121,9</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-5.729,5</b>	<b>-2.419,8</b>	<b>-19.817,2</b>	<b>-17.622,2</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,38%</b>	<b>-1,10%</b>

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - MAI (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	78.078,1	90.499,6	15,9%
Urbano	76.197,8	88.423,2	16,0%
Rural	1.880,2	2.076,4	10,4%
Benefícios	97.895,3	108.121,9	10,4%
Urbano	76.147,4	84.437,3	10,9%
Rural	21.747,9	23.684,6	8,9%
Res. Primário	-19.817,2	-17.622,2	-11,1%
Urbano	50,4	3.986,0	7806,6%
Rural	-19.867,6	-21.608,2	8,8%

A arrecadação líquida da Previdência Social em maio totalizou R\$ 19,0 bilhões, apresentando aumento de R\$ 493,6 milhões (2,7%) frente aos ingressos líquidos de abril. Em relação aos primeiros cinco meses de 2010, a arrecadação líquida aumentou R\$ 12,4 bilhões (15,9%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo

dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e abril de 2011 foi 15,4% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios, em maio, alcançaram o valor de R\$ 21,5 bilhões, apresentando uma redução de R\$ 2,8 bilhões (11,6%) em relação a abril. Esta redução está diretamente relacionada com o pagamento de parcela de precatórios de R\$ 3,2 bilhões realizado em abril, contra R\$ 301,1 milhões em maio. Em relação aos primeiros cinco meses de 2010, o aumento das despesas foi de R\$ 10,2 bilhões (10,4%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 51,00 (7,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 930,4 mil (3,9%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 538,8 mil aposentadorias (3,5%), 171,2 mil pensões por morte (2,6%) e 205,1 mil benefícios de auxílio-doença (17,3%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-MAI			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,6	24,6	3,9%
Valor médio RGPS**	710,6	761,6	7,2%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

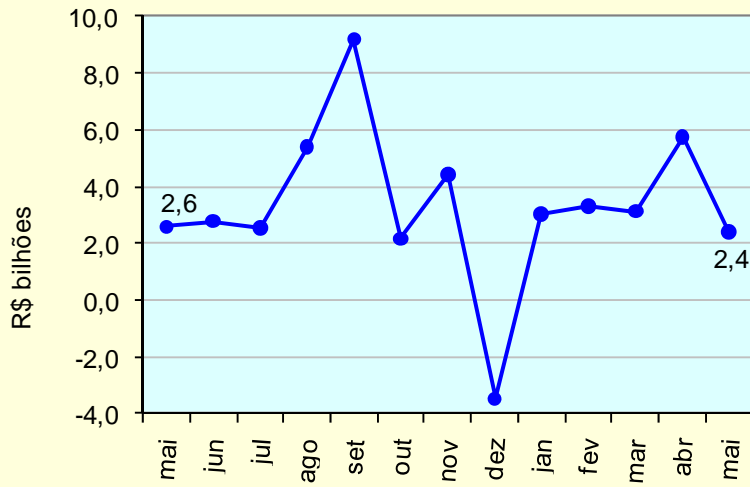
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,45%	5,63%
Urbano	5,32%	5,50%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,84%	6,72%
Urbano	5,32%	5,25%
Rural	1,52%	1,47%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,38%</b>	<b>-1,10%</b>
Urbano	0,00%	0,25%
Rural	-1,39%	-1,34%

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

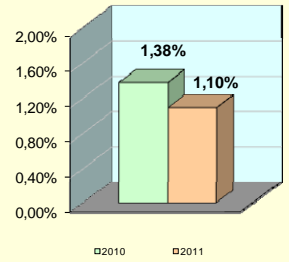
	Em mil benefícios			
	ABR	MAI	JAN - MAI	
	2011	2011	2010	2011
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>24.628</b>	<b>24.657</b>	<b>23.621</b>	<b>24.551</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>23.801</b>	<b>23.833</b>	<b>22.834</b>	<b>23.726</b>
Aposentadorias	15.759	15.789	15.182	15.714
Idade	8.243	8.259	7.920	8.220
Invalidez	2.972	2.973	2.913	2.967
Tempo de contribuição	4.544	4.557	4.350	4.528
Pensão por morte	6.678	6.687	6.493	6.665
Auxílio-Doença	1.226	1.216	1.037	1.213
Salário - maternidade	76	78	68	72
Outros	62	63	54	61
<b>Acidentários</b>	<b>826</b>	<b>824</b>	<b>787</b>	<b>825</b>
Aposentadorias	169	169	161	168
Pensão por morte	125	125	126	125
Auxílio - doença	179	176	150	178
Auxílio - acidente	283	283	276	282
Auxílio - suplementar	71	71	74	71

Como proporção do PIB, em relação aos primeiros cinco meses de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,18 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,11 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,38% para 1,10% do PIB, ou seja, 0,29 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

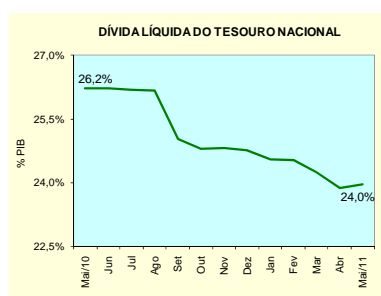
**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, 2010/2011



**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)



*Em maio, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 922,8 bilhões, o equivalente a 24,0% do PIB, reduzindo-se em 2,3 p.p. em relação a maio de 2010.*



## DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 922,8 bilhões em maio, o equivalente a 24,0% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve crescimento de R\$ 12,3 bilhões, em termos nominais, conseqüência do aumento de R\$ 12,8 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pela diminuição de R\$ 481,5 milhões na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve aumento de 0,1 p.p. no mês.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 MAI	2011 ABR MAI	
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>792.886</b>	<b>829.197</b>	<b>842.012</b>
I.1. Dívida Interna	2.183.702	2.354.546	2.364.583
I.2. Haveres Internos	1.390.816	1.525.349	1.522.571
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>94.475</b>	<b>81.278</b>	<b>80.797</b>
II.1. Dívida Externa	94.853	81.601	81.076
II.2. Haveres Externos	378	323	279
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>887.361</b>	<b>910.475</b>	<b>922.809</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>26,2%</b>	<b>23,9%</b>	<b>24,0%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 2,3 p.p., passando de 26,2% em maio de 2010 para 24,0% em maio de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 35,4 bilhões, no mesmo período, conseqüência do crescimento de R\$ 49,1 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pelo decréscimo de R\$ 13,7 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

## Dívida Interna Líquida

*A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,6 p.p. do PIB em comparação a maio de 2010.*

No mês de maio, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 842,0 bilhões, o equivalente a 21,9% do PIB. A elevação de R\$ 12,8 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo crescimento de R\$ 10,0 bilhões no estoque da dívida interna bruta e pela diminuição de R\$ 2,8 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,6 p.p., passando de 23,4% para 21,9%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 792,9 bilhões, em maio de 2010, para R\$ 842,0 bilhões, em maio de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 180,9 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 131,8 bilhões nos haveres internos.



**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

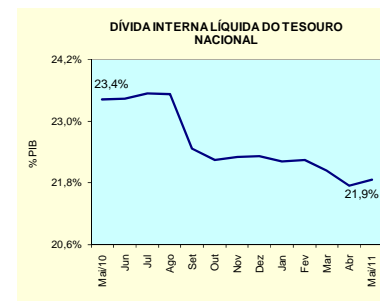
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 MAI	2011 ABR	2011 MAI
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>2.183.702</b>	<b>2.354.546</b>	<b>2.364.583</b>
I.1. Dívida Mobiliária	2.167.880	2.341.702	2.352.091
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.519.563	1.653.079	1.665.212
DPMFi em Poder do Banco Central	673.435	718.842	717.204
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(25.117)	(30.219)	(30.325)
I.2. Demais Obrigações Internas	15.822	12.844	12.492
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.390.816</b>	<b>1.525.349</b>	<b>1.522.571</b>
II.1. Disponibilidades Internas	383.679	432.057	425.239
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	447.019	481.785	482.685
II.3. Haveres da Administração Indireta	223.810	243.401	245.937
II.4. Haveres Administrados pela STN	336.308	368.105	368.711
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>792.886</b>	<b>829.197</b>	<b>842.012</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>23,4%</b>	<b>21,7%</b>	<b>21,9%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em maio, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, comparativamente ao mês anterior, aumentou R\$ 10,4 bilhões em termos nominais, reduzindo-se no entanto, 0,3 p.p. em proporção do PIB. Essa elevação da DPMFi pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 26,2 bilhões e pelo resgate líquido de R\$ 15,7 bilhões ocorrido no período. Em relação a maio do ano anterior, houve aumento de R\$ 63,7 bilhões em termos nominais e de 0,5 p.p. em proporção do PIB, passando de 60,6% para 61,1% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve crescimento no mês de R\$ 12,1 bilhões, associado ao resgate líquido de R\$ 6,1 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 18,3 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve redução de R\$ 1,6 bilhão, devido ao resgate líquido de R\$ 9,6 bilhões e à apropriação de juros de R\$ 7,9 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de NTN-B, com a redução de R\$ 30,2 bilhões e crescimento de LTN no montante de R\$ 26,8 bilhões e de LFT em R\$ 9,6 bilhões.

Título	R\$ bilhões		
	2011 MAR	2011 ABR	2011 MAI
Em Poder do Público	1.612	1.653	1.665
LFT	535	544	554
LTN	329	342	368
NTN-B	407	422	392
NTN-C	61	61	62
NTN-F	245	251	255
Demais <sup>1</sup>	35	34	35
Aplic. em Tít. Púb.	-29	-30	-30
Na carteira do BCB	706	719	717
<b>Total</b>	<b>2.288</b>	<b>2.342</b>	<b>2.352</b>
<b>% PIB</b>	<b>60,6%</b>	<b>61,4%</b>	<b>61,1%</b>

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, MAI/2011**

Título	Saldo Abr/11	Fatores de Variação <sup>11</sup>			Saldo Mai/11
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	
Em poder do público	1.653,1	42,3	(48,42)	18,3	1.665,2
LFT	544,2	6,4	(2,10)	5,3	553,8
LTN	341,5	23,4	(0,02)	3,5	368,4
NTN-B	422,0	9,8	(45,66)	5,7	391,7
NTN-C	61,0	0,0	(0,00)	0,8	61,8
NTN-F	250,6	1,8	(0,01)	2,6	254,9
Demais <sup>14</sup>	33,9	1,0	(0,63)	0,4	34,6
Na carteira do BCB	718,8	5,1	(14,64)	7,9	717,2
<b>Total</b>	<b>2.371,9</b>	<b>47,3</b>	<b>(63,1)</b>	<b>26,2</b>	<b>2.382,4</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>11</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>14</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO  
INDIRETA  
BRASIL, 2010/2011**

R\$ bilhões

Entidade	2010		2011
	MAI	ABR	MAI
FAT	142,5	150,1	151,9
Fundos Regionais	54,1	60,8	61,5
Demais	27,2	32,5	32,6
<b>Total</b>	<b>223,8</b>	<b>243,4</b>	<b>245,9</b>

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS  
BRASIL, 2010/2011**

R\$ bilhões

Discriminação	2010		2011
	MAR	ABR	MAI
Lei 9.496/97	358,3	360,9	362,3
MP 2.185/01	57,4	58,1	58,2
Lei 8.727/93	32,7	32,3	31,9
Antecipação de Royalties	9,4	9,3	9,1
Bônus Renegociados	5,1	4,7	4,7
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	16,4	16,4	16,4
<b>Total</b>	<b>479,3</b>	<b>481,8</b>	<b>482,7</b>
% PIB	12,7%	12,6%	12,5%

Os haveres internos do Tesouro Nacional reduziram-se em R\$ 2,8 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente a redução de R\$ 6,8 bilhões nas disponibilidades internas, compensada parcialmente pelo crescimento de R\$ 2,5 bilhões nos haveres da administração indireta, R\$ 900,7 milhões nos haveres junto aos governos regionais e de R\$ 605,1 milhões nos haveres administrados pela STN.

O aumento de R\$ 2,5 bilhões nos haveres da administração indireta deve-se ao crescimento de R\$ 1,8 bilhão nos haveres do FAT, de R\$ 654,0 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e aumento de R\$ 102,4 milhões dos Fundos Diversos.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, a principal variação foi observada nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001, que juntas elevaram-se em R\$ 1,6 bilhão em função da variação do IGP-DI. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de abril foi de 0,5%.

Nos haveres administrados pela STN, houve aumento de R\$ 3,1 bilhões no saldo dos haveres de operações estruturadas e de R\$ 1,1 bilhão dos haveres de legislação específica e redução de R\$ 3,6 bilhões no saldo dos demais haveres administrados pela STN.

Em maio, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 80,8 bilhões, contra R\$ 81,3 bilhões, em abril. Houve redução de R\$ 481,5 milhões em termos nominais e em relação ao PIB não houve variação. Essa redução reflete o resgate líquido de R\$ 1,4 bilhão, ocorrido no mês, a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 501,5 milhões e a variação cambial no montante de R\$ 355,6 milhões.

## Dívida Externa Líquida

*Em maio de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 80,8 bilhões, equivalentes a 2,1% do PIB, valor inferior, em 0,7 p.p. do PIB, ao registrado no ano anterior.*

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010	2011	
	MAI	ABR	MAI
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>94.853</b>	<b>81.601</b>	<b>81.076</b>
I.1. Dívida Mobiliária	75.011	62.613	62.111
Euro	6.850	4.639	4.108
Global US\$	57.114	46.040	45.960
Global BRL	10.847	11.811	11.919
Demais	200	123	124
I.2. Dívida Contratual	19.842	18.988	18.964
Organismos Internacionais	16.651	15.485	15.393
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.191	3.503	3.571
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>378</b>	<b>323</b>	<b>279</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	378	323	279
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>94.475</b>	<b>81.278</b>	<b>80.797</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>2,8%</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,1%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 13,7 bilhões, passando de R\$ 94,5 bilhões, em maio de 2010, para R\$ 80,8 bilhões, em maio de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,7 p.p.

**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, MAI/2011**

Discriminação	Estoque Abr/11	Fatores de Variação				Estoque MAI/11
		Emissões	Resgates <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária<sup>3</sup></b>	<b>62.613</b>	<b>0</b>	<b>(1.176)</b>	<b>461</b>	<b>214</b>	<b>62.111</b>
Global US\$	46.040	0	(803)	338	384	45.960
Euro	4.639	0	(374)	14	(171)	4.108
Global BRL	11.811	0	0	108	0	11.919
Demais	123	0	0	1	1	124
<b>Dívida Contratual</b>	<b>18.988</b>	<b>90</b>	<b>(296)</b>	<b>41</b>	<b>142</b>	<b>18.964</b>
Org. Internacionais	15.485	74	(239)	31	43	15.393
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.503	16	(57)	10	99	3.571
<b>Total</b>	<b>81.601</b>	<b>90,2</b>	<b>(1.472,3)</b>	<b>501,5</b>	<b>355,6</b>	<b>81.076</b>

<sup>1</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

<sup>2</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

<sup>3</sup> A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 76,6% (R\$ 62,1 bilhões); e a dívida contratual representa 23,4% (R\$ 19,0 bilhões).

---

# **Anexos**

## ***a) Lista de Abreviaturas***

### ***b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Receitas Primárias do Governo Central

**Tabela A3** – Despesas primárias do Governo Central

**Tabela A4** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A5** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

### ***c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A6** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A8** – Haveres do Tesouro Nacional

### ***d) Outras Informações***

**Tabela A9** – Investimento do Governo Federal por Órgão até maio 2011/2010

### ***e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial









**TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL \***

R\$ milhões

	Mai/2010	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2011
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>73.282,3</b>	<b>62.798,6</b>	<b>62.136,1</b>	<b>73.263,8</b>	<b>73.289,8</b>	<b>67.718,2</b>	<b>80.502,3</b>	<b>108.491,5</b>	<b>60.893,2</b>	<b>85.357,3</b>	<b>73.627,9</b>	<b>80.447,2</b>	<b>87.779,2</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2	53.084,6	47.365,3	59.623,1	73.589,0	40.054,8	64.944,0	52.152,4	58.045,5	64.117,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-12,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2	1.669,9	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2	1.816,9	1.387,8	2.284,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	113,3	193,3	261,1	92,5	233,6	113,6	699,0	319,2	240,9	499,9	478,3	185,7	291,8
I.5 - Receita do Salário Educação	931,5	966,3	954,2	980,8	1.032,0	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,6	1.083,7	1.067,4	1.089,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1	17.269,7	17.909,7	17.012,1	31.767,3	16.987,0	17.026,6	18.096,5	19.760,8	20.066,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>74.219,6</b>	<b>76.455,3</b>	<b>71.999,1</b>	<b>87.370,1</b>	<b>64.938,1</b>	<b>71.387,8</b>	<b>86.341,4</b>	<b>80.653,6</b>	<b>105.113,4</b>	<b>80.356,4</b>	<b>76.138,9</b>	<b>80.623,4</b>	<b>88.643,4</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>16.978,4</b>	<b>13.743,5</b>	<b>11.936,3</b>	<b>15.004,4</b>	<b>13.036,2</b>	<b>15.414,3</b>	<b>16.410,9</b>	<b>19.513,1</b>	<b>21.910,2</b>	<b>19.941,0</b>	<b>13.611,2</b>	<b>17.998,4</b>	<b>19.704,7</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2	7.869,9	8.460,7	10.098,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.662,3	11.488,9	13.073,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.757,9	1.470,9	1.753,0	2.616,1	1.364,6	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,0	3.356,7
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6	3.151,7	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.585,8	3.288,9	3.102,3	4.477,0	3.111,9
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>57.241,2</b>	<b>62.711,8</b>	<b>60.062,8</b>	<b>72.365,7</b>	<b>51.901,9</b>	<b>55.973,5</b>	<b>69.930,4</b>	<b>61.140,5</b>	<b>83.203,2</b>	<b>60.415,4</b>	<b>62.527,7</b>	<b>62.625,1</b>	<b>68.938,6</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.093,2	16.640,6	14.184,1	14.098,7	14.235,1	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.294,8	14.628,0	15.839,0	17.906,6	14.847,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	590,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9	810,7	3.104,3	626,2	2.118,3	3.713,7	411,1	334,8	607,4	129,4
i) Dívida Contratual Interna	93,3	93,9	101,8	102,3	99,3	104,3	91,1	97,3	107,8	104,0	108,5	107,4	98,6
ii) Dívida Contratual Externa	496,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6	711,4	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,9	307,1	226,3	500,0	30,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6	3.987,5	878,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3	790,6	9.061,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	19.379,7	19.434,4	15.328,5	32.352,4	15.847,4	19.730,5	25.582,9	17.106,2	27.021,0	21.277,7	20.726,3	24.462,1	21.408,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	16.763,2	18.397,3	14.412,9	16.285,8	16.635,1	17.341,5	12.380,5	24.015,0	16.798,4	18.273,6	19.678,8	18.435,4	23.060,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	205,5	419,8	274,9	176,1	386,0	804,9	156,8	158,8	1.357,0	117,2	789,6	422,9	431,5
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-937,2</b>	<b>-13.656,6</b>	<b>-9.863,0</b>	<b>-14.106,3</b>	<b>8.351,7</b>	<b>-3.669,6</b>	<b>-5.839,1</b>	<b>27.837,9</b>	<b>-44.220,2</b>	<b>5.000,9</b>	<b>-2.511,0</b>	<b>-176,2</b>	<b>-864,2</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>14.882,9</b>	<b>31.923,2</b>	<b>41.348,4</b>	<b>47.784,6</b>	<b>35.096,9</b>	<b>47.304,3</b>	<b>20.936,5</b>	<b>23.959,7</b>	<b>37.397,4</b>	<b>33.760,5</b>	<b>38.238,5</b>	<b>49.525,2</b>	<b>39.214,5</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6	33.922,9	46.128,4	19.687,8	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7	37.575,1
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0	1.174,0	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.053,8	1.392,0	1.398,5	1.639,4
<b>V. DESPESAS</b>	<b>2.437,0</b>	<b>46.678,8</b>	<b>46.687,0</b>	<b>35.197,1</b>	<b>36.140,3</b>	<b>42.237,3</b>	<b>5.699,1</b>	<b>14.036,8</b>	<b>96.816,4</b>	<b>1.091,4</b>	<b>26.283,3</b>	<b>22.785,7</b>	<b>37.179,4</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7	33.818,7	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.895,8	874,0	25.551,0	22.085,7	35.665,4
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5	33.612,5	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7	652,4	25.311,3	21.850,1	35.429,2
V.1.2 - Dívida Contratual	200,0	198,7	194,9	198,2	206,2	204,3	198,9	201,5	224,1	221,6	239,7	235,5	236,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3	2.321,6	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,6	217,4	732,3	700,0	1.514,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)</b>	<b>13.120,3</b>	<b>-14.125,5</b>	<b>-4.116,0</b>	<b>13.135,1</b>	<b>310,4</b>	<b>8.495,5</b>	<b>16.701,6</b>	<b>9.952,4</b>	<b>-57.636,3</b>	<b>31.054,2</b>	<b>11.535,2</b>	<b>26.276,5</b>	<b>2.145,9</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>9.438,0</b>	<b>3.182,1</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>950,2</b>	<b>3.901,2</b>	<b>-11.947,9</b>	<b>2.394,7</b>	<b>2.557,6</b>	<b>9.860,0</b>	<b>-4.387,0</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>20.946,7</b>	<b>-25.230,1</b>	<b>-20.462,7</b>	<b>-13.083,6</b>	<b>31.272,6</b>	<b>4.621,1</b>	<b>10.348,5</b>	<b>41.662,1</b>	<b>-115.587,1</b>	<b>40.064,6</b>	<b>12.001,7</b>	<b>36.423,3</b>	<b>-3.216,0</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Mai/2010	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2011
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>12.433,2</b>	<b>3.182,1</b>	<b>29.765,8</b>	<b>6.638,7</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>3.680,0</b>	<b>3.901,2</b>	<b>36.052,1</b>	<b>5.394,7</b>	<b>30.431,4</b>	<b>9.869,3</b>	<b>9.519,9</b>
I.1. Emissão de Títulos	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4	10.354,7	0,0	0,0	0,0	33.907,2	1.877,6	21.928,4	5.486,1	5.065,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2	2.584,6	3.227,6	3.614,5	3.785,7	1.823,4	3.259,5	3.261,8	4.137,8	4.272,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	157,5	133,6	116,5	93,1	18,7	-4,0	65,5	115,6	321,5	257,6	205,8	245,4	182,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	11.006,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.035,5	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>2.995,2</b>	<b>0,0</b>	<b>35.027,0</b>	<b>18.203,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2.729,8</b>	<b>0,0</b>	<b>48.000,0</b>	<b>3.000,0</b>	<b>27.873,8</b>	<b>9,4</b>	<b>13.906,9</b>
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	27.277,0	13.947,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4	10.135,6
II.2. Encargos da DPMF	2.995,2	0,0	7.750,0	4.256,5	0,0	0,0	2.729,8	0,0	7.000,0	3.000,0	5.093,1	0,0	3.771,2
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>9.438,0</b>	<b>3.182,1</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>	<b>950,2</b>	<b>3.901,2</b>	<b>-11.947,9</b>	<b>2.394,7</b>	<b>2.557,6</b>	<b>9.860,0</b>	<b>-4.387,0</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberção", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/10	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/11
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>792.885,9</b>	<b>803.862,7</b>	<b>817.622,1</b>	<b>827.005,7</b>	<b>798.941,5</b>	<b>801.837,8</b>	<b>814.042,8</b>	<b>820.335,5</b>	<b>825.139,4</b>	<b>834.924,3</b>	<b>832.700,0</b>	<b>829.197,0</b>	<b>842.011,9</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>	<b>2.260.351,2</b>	<b>2.297.926,4</b>	<b>2.226.341,1</b>	<b>2.274.147,0</b>	<b>2.301.553,3</b>	<b>2.354.545,6</b>	<b>2.364.583,3</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9
DPMFi em Poder do Banco Central	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8
Demais Obrigações Internas	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.492,1
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.390.816,2</b>	<b>1.382.459,7</b>	<b>1.358.599,0</b>	<b>1.357.151,4</b>	<b>1.411.378,5</b>	<b>1.432.419,6</b>	<b>1.446.308,5</b>	<b>1.477.590,9</b>	<b>1.401.201,7</b>	<b>1.439.222,7</b>	<b>1.468.853,3</b>	<b>1.525.348,7</b>	<b>1.522.571,4</b>
Disponibilidades Internas	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	425.238,7
Haveres junto aos Governos Regionais	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5
Haveres da Administração Indireta	223.810,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.226,7	239.170,5	240.284,7	241.906,0	243.401,3	245.936,8
Haveres Administrados pela STN	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	368.710,5
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>94.475,2</b>	<b>95.542,7</b>	<b>91.915,1</b>	<b>93.168,9</b>	<b>91.501,1</b>	<b>91.954,7</b>	<b>91.184,1</b>	<b>89.790,1</b>	<b>86.213,9</b>	<b>85.490,6</b>	<b>83.232,0</b>	<b>81.278,1</b>	<b>80.796,6</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>	<b>91.429,4</b>	<b>90.096,7</b>	<b>86.491,9</b>	<b>85.788,8</b>	<b>83.534,8</b>	<b>81.600,8</b>	<b>81.075,8</b>
Dívida Mobiliária	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3
Dívida Contratual	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>	<b>245,3</b>	<b>306,6</b>	<b>277,9</b>	<b>298,2</b>	<b>302,8</b>	<b>322,7</b>	<b>279,2</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>887.361,1</b>	<b>899.405,4</b>	<b>909.537,2</b>	<b>920.174,6</b>	<b>890.442,7</b>	<b>893.792,5</b>	<b>905.226,9</b>	<b>910.125,6</b>	<b>911.353,4</b>	<b>920.414,9</b>	<b>915.932,0</b>	<b>910.475,1</b>	<b>922.808,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>26,2%</b>	<b>26,2%</b>	<b>26,2%</b>	<b>26,2%</b>	<b>25,0%</b>	<b>24,8%</b>	<b>24,8%</b>	<b>24,8%</b>	<b>24,5%</b>	<b>24,5%</b>	<b>24,2%</b>	<b>23,9%</b>	<b>24,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/10	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/11
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>	<b>2.260.351,2</b>	<b>2.297.926,4</b>	<b>2.226.341,1</b>	<b>2.274.147,0</b>	<b>2.301.553,3</b>	<b>2.354.545,6</b>	<b>2.364.583,3</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.519.562,6</b>	<b>1.516.501,2</b>	<b>1.509.118,2</b>	<b>1.524.605,6</b>	<b>1.534.404,6</b>	<b>1.552.721,6</b>	<b>1.574.922,4</b>	<b>1.603.940,0</b>	<b>1.542.502,8</b>	<b>1.585.996,0</b>	<b>1.611.512,8</b>	<b>1.653.078,6</b>	<b>1.665.211,9</b>
LFT	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7	502.609,7	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9	553.808,7
LTN	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5	336.925,8	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4	328.884,9	341.510,3	368.353,2
NTN-B	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2	357.235,9	365.715,0	366.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9	391.740,4
NTN-C	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4	61.840,3	62.291,2	63.669,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4	61.758,6
NTN-F	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4	239.011,6	246.590,4	249.914,6	253.623,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2	254.944,2
Dívida Securitizada	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0	10.276,6	10.624,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,8	8.986,9	9.030,8	9.673,8
Demais Títulos em Poder do Público	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4	26.504,6	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1	24.933,0
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>673.434,7</b>	<b>679.634,6</b>	<b>677.226,9</b>	<b>668.964,3</b>	<b>684.898,5</b>	<b>691.074,0</b>	<b>694.817,2</b>	<b>703.203,0</b>	<b>698.962,5</b>	<b>704.500,4</b>	<b>706.365,1</b>	<b>718.842,1</b>	<b>717.204,2</b>
LFT	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7	264.297,8	266.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7	255.610,5
LTN	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2	109.372,3	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.369,3	129.846,7	136.429,7	142.864,2
Demais Títulos na Carteira do BCB	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4	311.228,4	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6	318.729,5
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-25.117,4</b>	<b>-25.359,5</b>	<b>-25.469,7</b>	<b>-24.510,4</b>	<b>-23.820,3</b>	<b>-24.136,5</b>	<b>-23.749,5</b>	<b>-23.266,3</b>	<b>-28.839,3</b>	<b>-29.660,1</b>	<b>-29.456,7</b>	<b>-30.218,7</b>	<b>-30.324,8</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>15.822,3</b>	<b>15.546,0</b>	<b>15.345,9</b>	<b>15.097,6</b>	<b>14.837,2</b>	<b>14.598,4</b>	<b>14.361,2</b>	<b>14.049,7</b>	<b>13.715,1</b>	<b>13.310,7</b>	<b>13.132,1</b>	<b>12.843,6</b>	<b>12.492,1</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>	<b>91.429,4</b>	<b>90.096,7</b>	<b>86.491,9</b>	<b>85.788,8</b>	<b>83.534,8</b>	<b>81.600,8</b>	<b>81.075,8</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>75.010,9</b>	<b>74.827,5</b>	<b>71.695,2</b>	<b>73.009,0</b>	<b>72.090,9</b>	<b>72.609,5</b>	<b>72.023,8</b>	<b>69.393,7</b>	<b>66.058,5</b>	<b>65.689,0</b>	<b>63.981,6</b>	<b>62.612,6</b>	<b>62.111,3</b>
Euro	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0	6.797,1	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9	4.108,1
Global US\$	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3	54.489,5	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1	45.960,0
Global BRL	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4	10.645,9	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.491,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9	11.919,3
Demais Títulos Externos	200,1	199,4	195,5	196,4	158,4	159,9	162,1	158,2	159,6	159,2	126,4	122,7	123,9
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>19.842,1</b>	<b>21.076,6</b>	<b>20.562,0</b>	<b>20.493,7</b>	<b>19.672,8</b>	<b>19.599,6</b>	<b>19.405,6</b>	<b>20.703,0</b>	<b>20.433,4</b>	<b>20.099,8</b>	<b>19.553,3</b>	<b>18.988,2</b>	<b>18.964,5</b>
Organismos Multilaterais	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2	16.750,4	16.765,9	16.608,1	16.870,3	16.848,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2	15.393,4
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5	2.922,4	2.833,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.555,0	3.469,6	3.503,0	3.571,1
<b>III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>2.278.555,2</b>	<b>2.282.226,4</b>	<b>2.268.478,5</b>	<b>2.277.659,7</b>	<b>2.302.083,8</b>	<b>2.326.466,5</b>	<b>2.351.780,7</b>	<b>2.388.023,1</b>	<b>2.312.833,0</b>	<b>2.359.935,8</b>	<b>2.385.088,1</b>	<b>2.436.146,5</b>	<b>2.445.659,1</b>
<b>DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>12</sup></b>	<b>67,3%</b>	<b>66,5%</b>	<b>65,3%</b>	<b>64,8%</b>	<b>64,7%</b>	<b>64,5%</b>	<b>64,4%</b>	<b>65,0%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,9%</b>	<b>63,1%</b>	<b>63,9%</b>	<b>63,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>12</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/10	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/11
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.390.816,2</b>	<b>1.382.459,7</b>	<b>1.358.599,0</b>	<b>1.357.151,4</b>	<b>1.411.378,5</b>	<b>1.432.419,6</b>	<b>1.446.308,5</b>	<b>1.477.590,9</b>	<b>1.401.201,7</b>	<b>1.439.222,7</b>	<b>1.468.853,3</b>	<b>1.525.348,7</b>	<b>1.522.571,4</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>383.679,0</b>	<b>365.919,2</b>	<b>341.917,6</b>	<b>337.652,0</b>	<b>360.935,7</b>	<b>374.088,7</b>	<b>380.558,8</b>	<b>405.214,1</b>	<b>323.187,3</b>	<b>356.749,4</b>	<b>378.930,0</b>	<b>432.057,2</b>	<b>425.238,7</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>447.019,1</b>	<b>453.129,7</b>	<b>454.157,0</b>	<b>453.071,2</b>	<b>457.075,3</b>	<b>461.812,1</b>	<b>465.282,6</b>	<b>471.705,5</b>	<b>472.794,4</b>	<b>475.634,8</b>	<b>479.273,0</b>	<b>481.784,8</b>	<b>482.685,5</b>
Bônus Renegociados	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4	5.618,6	5.399,8	5.417,7	5.247,9	5.287,3	5.228,4	5.094,2	4.721,1	4.724,4
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4	2.259,8	2.232,4	2.203,8	2.178,2	2.150,1	2.120,3	2.094,6	2.066,1	2.039,1
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3	11.343,5	11.438,3	11.525,6	11.676,5	11.689,5	11.772,2	11.852,8	11.892,4	11.918,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0	34.817,1	34.502,6	34.226,0	33.877,3	33.479,1	32.990,4	32.729,4	32.348,1	31.880,7
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3	337.005,7	341.217,3	344.397,9	350.111,0	351.411,2	354.864,9	358.275,8	360.930,9	362.304,4
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3	53.494,4	54.386,1	54.810,5	55.764,3	56.043,5	56.733,1	57.379,4	58.057,3	58.234,4
Antecipação de Royalties	9.943,1	10.087,6	10.064,5	10.022,1	10.114,5	10.194,3	10.242,5	10.383,6	10.255,2	9.435,5	9.373,2	9.293,5	9.097,6
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4	2.421,7	2.441,3	2.458,6	2.466,5	2.478,4	2.489,9	2.473,8	2.475,4	2.485,9
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>223.810,4</b>	<b>225.674,4</b>	<b>225.710,9</b>	<b>228.566,1</b>	<b>231.334,5</b>	<b>233.609,3</b>	<b>237.126,3</b>	<b>235.226,7</b>	<b>239.170,5</b>	<b>240.284,7</b>	<b>241.906,0</b>	<b>243.401,3</b>	<b>245.936,8</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2	143.340,3	144.657,6	146.031,1	147.714,6	146.958,7	147.961,9	149.142,1	150.092,9	151.872,0
Fundos Constitucionais Regionais	54.092,4	54.695,0	55.206,1	55.800,8	56.288,9	56.860,0	57.494,7	58.137,1	58.856,3	59.630,7	60.157,8	60.796,1	61.450,1
Fundos Diversos	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1	31.705,2	32.091,7	33.600,4	29.375,0	33.355,5	32.692,1	32.606,2	32.512,4	32.614,7
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>336.307,7</b>	<b>337.736,4</b>	<b>336.813,5</b>	<b>337.862,0</b>	<b>362.033,1</b>	<b>362.909,6</b>	<b>363.340,8</b>	<b>365.444,6</b>	<b>366.049,6</b>	<b>366.553,8</b>	<b>368.744,3</b>	<b>368.105,4</b>	<b>368.710,5</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7	5.617,3	5.624,2	5.625,2	5.630,6	5.635,7	5.641,6	5.647,3	5.653,0	5.659,3
Haveres de Operações Estruturadas	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2	52.649,9	51.036,6	51.186,7	51.690,0	52.091,3	52.545,9	50.360,4	50.408,3	53.533,1
Haveres Originários de Privatizações	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2	7.828,1	7.821,7	7.814,6	7.810,4	7.803,1	7.795,8	7.790,9	7.783,8	7.769,8
Haveres de Legislação Específica	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7	267.710,6	269.952,6	270.889,4	273.006,8	273.280,4	273.720,7	278.318,5	277.901,8	278.975,1
Demais Haveres Administrados pela STN	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3	28.227,2	28.474,5	27.825,0	27.306,8	27.239,0	26.849,7	26.627,3	26.358,6	22.773,2
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>	<b>245,3</b>	<b>306,6</b>	<b>277,9</b>	<b>298,2</b>	<b>302,8</b>	<b>322,7</b>	<b>279,2</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.391.194,1</b>	<b>1.382.821,1</b>	<b>1.358.941,2</b>	<b>1.357.485,1</b>	<b>1.411.641,1</b>	<b>1.432.674,0</b>	<b>1.446.553,8</b>	<b>1.477.897,5</b>	<b>1.401.479,6</b>	<b>1.439.520,9</b>	<b>1.469.156,2</b>	<b>1.525.671,4</b>	<b>1.522.850,6</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1)</sup></b>	<b>41,1%</b>	<b>40,3%</b>	<b>39,1%</b>	<b>38,6%</b>	<b>39,7%</b>	<b>39,7%</b>	<b>39,6%</b>	<b>40,2%</b>	<b>37,7%</b>	<b>38,3%</b>	<b>38,9%</b>	<b>40,0%</b>	<b>39,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO MAIO 2011/2010 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	158.279,2	24.504,9	1.045,5	922,4	8.570,7	9.493,0	198.227,6	14.307,5	2.438,9	2.432,9	24.094,3	26.527,3
Senado Federal	60.063,0	7.233,3	1.252,1	1.248,3	3.330,1	4.578,4	57.216,5	4.635,3	1.107,9	1.107,9	10.048,7	11.156,5
Tribunal de Contas da União	59.523,7	31.432,9	912,7	911,9	14.476,1	15.388,0	49.844,9	15.022,1	545,0	545,0	19.072,9	19.617,9
Supremo Tribunal Federal	61.290,1	6.071,3	648,8	644,8	5.990,3	6.635,1	57.928,3	4.925,1	1.581,0	1.570,0	12.729,2	14.299,2
Superior Tribunal de Justiça	19.949,9	4.161,0	3.485,3	3.483,7	11.014,0	14.497,7	26.210,4	1.793,8	584,0	582,1	2.046,4	2.628,6
Justiça Federal	364.506,3	487.748,3	290.428,6	290.400,5	76.661,9	367.062,5	301.597,0	373.133,1	255.021,5	254.890,7	105.629,1	360.519,8
Justiça Militar	9.484,0	498,5	176,4	176,4	3.213,9	3.390,3	11.737,2	635,5	104,4	104,4	2.206,4	2.310,8
Justiça Eleitoral	450.944,4	118.093,8	7.493,6	7.246,2	98.193,0	105.439,2	242.038,0	14.953,7	1.902,5	1.640,7	101.496,3	103.137,0
Justiça do Trabalho	189.482,7	37.119,0	5.857,7	5.748,1	61.762,6	67.510,7	278.267,9	52.355,4	6.291,8	5.838,0	76.120,8	81.958,8
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	47.836,2	4.917,6	2.112,5	1.635,8	17.041,0	18.676,9	73.307,8	6.795,9	1.000,1	943,7	16.507,1	17.450,8
Conselho Nacional de Justiça	46.253,0	4.372,8	16,8	16,8	17.602,7	17.619,5	77.161,5	6.425,0	2.423,4	2.423,4	29.360,3	31.783,7
Presidência da República <sup>3</sup>	1.786.732,1	446.647,2	53.595,8	53.155,1	257.988,2	311.143,4	1.317.357,5	84.125,7	4.749,0	4.303,5	317.923,4	322.226,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	838.003,8	72.350,2	44.033,0	43.771,2	237.930,1	281.701,3	414.482,1	683,6	157,3	157,3	24.656,0	24.813,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.518.632,8	225.859,1	7.943,4	4.669,1	143.607,7	148.276,8	1.212.294,4	5.719,1	517,7	354,6	258.552,3	258.906,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.875.147,5	346.921,1	86.805,2	68.007,2	235.045,7	303.052,9	1.293.503,2	286.434,1	87.119,1	23.295,5	277.355,7	300.651,2
Ministério da Fazenda	960.015,3	27.083,7	8.428,4	7.772,4	139.214,0	146.986,4	1.547.399,2	358.311,5	39.385,4	39.024,9	274.735,6	313.760,4
Ministério da Educação	6.599.115,1	1.003.330,1	138.178,2	123.207,8	1.999.890,9	2.123.098,7	8.763.320,6	1.789.863,5	209.256,7	174.873,5	2.760.947,2	2.935.820,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316.168,1	10.648,2	986,8	968,6	6.077,5	7.046,1	67.405,3	1.375,4	579,0	512,7	11.433,7	11.946,4
Ministério da Justiça	1.191.464,0	105.612,0	3.041,4	2.054,6	216.360,3	218.414,8	1.503.553,8	45.673,1	15.458,6	14.550,9	212.124,9	226.675,8
Ministério de Minas e Energia	200.090,6	11.085,2	2.260,8	2.023,7	18.943,1	20.966,8	207.136,1	7.649,3	508,9	301,3	22.675,3	22.976,6
Ministério da Previdência Social	165.808,7	31.700,2	8.126,6	7.293,8	142.951,4	150.245,1	173.501,0	12.451,5	1.071,2	270,9	71.209,3	71.480,2
Ministério Público da União	161.553,1	5.363,9	1.352,2	1.291,0	50.018,5	51.309,5	301.041,0	17.269,2	4.480,3	4.450,1	88.008,3	92.458,4
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	13.303,6	12.383,9	12.383,9	2.519,7	14.903,7	66.965,0	3.583,4	3.029,4	3.029,4	1.135,7	4.165,1
Ministério da Saúde	4.624.371,7	652.714,2	169.392,6	167.756,4	792.057,9	959.814,2	4.812.267,5	325.062,3	109.199,4	107.272,7	909.952,5	1.017.225,2
Ministério do Trabalho e Emprego	44.422,3	1.279,2	215,3	173,7	19.235,6	19.409,2	84.169,3	600,4	265,1	254,8	13.087,0	13.341,8
Ministério dos Transportes	13.881.745,4	6.329.415,4	949.153,9	876.410,4	3.256.370,5	4.132.780,8	17.447.010,5	6.203.083,5	654.120,8	535.852,7	4.355.876,4	4.891.729,1
Ministério das Comunicações	46.941,4	5.778,8	680,1	680,1	6.475,3	7.155,4	347.127,4	52.399,2	392,2	392,2	9.564,0	9.956,3
Ministério da Cultura	446.820,6	51.547,1	7.509,5	7.483,7	36.995,7	44.479,4	332.307,7	11.509,9	64,7	64,7	45.976,3	46.041,0
Ministério do Meio Ambiente	106.315,0	9.779,8	732,3	732,2	18.631,4	19.363,6	273.078,3	6.673,0	592,2	591,7	75.646,2	76.237,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.830.522,4	605.718,5	35.693,7	35.693,7	217.588,1	253.281,9	1.986.100,9	151.711,2	709,4	709,4	169.830,7	170.540,2
Ministério do Esporte	1.076.615,3	98.267,1	2.330,6	2.330,6	126.967,7	129.298,3	1.441.920,3	7.516,5	16,6	16,6	59.107,5	59.124,1
Ministério da Defesa	9.531.795,5	3.117.674,3	1.410.507,8	1.392.754,3	1.430.041,3	2.822.795,6	7.016.454,4	1.335.486,5	247.699,9	195.400,8	2.489.355,8	2.684.756,6
Ministério da Integração Nacional	5.782.525,6	1.356.679,6	320.395,7	317.831,5	1.115.157,2	1.432.988,6	4.686.395,0	782.808,3	356.710,2	353.892,6	751.274,8	1.105.167,4
Ministério do Turismo	2.755.643,4	247.518,2	7.136,5	7.136,5	295.817,7	302.954,3	2.644.014,8	17.349,7	647,5	647,5	205.601,0	206.248,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	338.383,8	103.349,7	38.443,1	38.443,1	34.827,8	73.270,9	215.741,0	34.458,4	16,7	16,7	66.492,4	66.509,1
Ministério das Cidades	7.542.912,8	1.990.734,3	580.095,7	578.337,1	1.486.796,7	2.065.133,7	7.617.076,0	404.596,2	81.356,9	80.350,1	1.146.395,8	1.226.745,9
Ministério da Pesca e Agricultura	457.901,0	20.808,5	1.224,3	1.224,3	19.650,5	20.874,8	286.369,5	11.063,1	38,2	38,2	39.817,9	39.856,2
Conselho Nacional do Ministério Público	457.901,0	290,1	9,0	9,0	-	9,0	62.986,3	30,0	-	-	794,8	794,8
<b>TOTAL</b>	<b>66.168.160,5</b>	<b>17.617.612,9</b>	<b>4.204.086,0</b>	<b>4.066.029,8</b>	<b>12.625.016,6</b>	<b>16.691.046,4</b>	<b>67.494.515,2</b>	<b>12.452.470,0</b>	<b>2.091.142,7</b>	<b>1.812.704,2</b>	<b>15.058.842,2</b>	<b>16.871.546,4</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifaf após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 5 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**Maio / 2011**

### Comentários

Em Maio de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 14,8%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 9.557.203,2 (mil), ante R\$ 8.326.607,7 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

### Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2010			2011			Variação Nominal		
	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Mai/2011 Abr/2011	Mai/2011 Mai/2010	Jan- Mai/2011 Jan- Mai/2010
FPM	3.291.795,9	4.052.871,1	16.819.685,3	4.257.924,5	4.887.206,2	21.845.522,4	14,8%	20,6%	29,9%
FPE	3.145.493,7	3.872.743,4	16.072.143,0	4.068.683,2	4.669.997,0	20.874.609,5	14,8%	20,6%	29,9%
IPI-Exp	212.565,3	209.451,4	1.071.072,8	296.773,6	250.111,3	1.383.606,3	-15,7%	19,4%	29,2%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
MAIO	+ 10 %	+ 14,8 %	+ 10 %	+ 14,8 %	- 17 %	-15,7 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	JUN/MAI	JUL/JUNI	AGO/JUL
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 15 %	- 22 %	+ 25 %
IPI - EXP	+ 9 %	+ 9 %	- 10 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2011 a 20/05/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
ABR/3º DEC	2.063.706	16.717.323	18.781.029	MAI/1º DEC	3.230.337	3.380.585	165.096	<b>6.776.019</b>
MAI/1º DEC	637.253	1.414.132	2.051.385	MAI/2º DEC	352.838	369.249	50.980	<b>773.068</b>
MAI/2º DEC	425.432	5.893.299	6.318.731	MAI/3º DEC	1.086.822	1.137.371	34.035	<b>2.258.228</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.126.391</b>	<b>24.024.754</b>	<b>27.151.145</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.669.997</b>	<b>4.887.206</b>	<b>250.111</b>	<b>9.807.314</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	24.297,2	159.760,6	30,8
ALAGOAS	AL	116.441,3	194.276,5	391,4
AMAZONAS	AM	72.367,1	130.311,6	2.577,5
AMAPÁ	AP	17.420,7	159.340,3	281,6
BAHIA	BA	448.610,1	438.802,3	15.161,5
CEARÁ	CE	255.179,1	342.633,0	1.992,5
DISTRITO FEDERAL	DF	8.245,0	32.232,3	316,2
ESPÍRITO SANTO	ES	84.086,9	70.050,0	12.236,4
GOIÁS	GO	178.409,1	132.772,7	4.123,3
MARANHÃO	MA	203.449,2	337.089,7	2.548,0
MINAS GERAIS	MG	640.461,3	208.025,0	32.777,5
MATO GROSSO DO SUL	MS	74.447,3	62.204,4	3.156,3
MATO GROSSO	MT	89.230,8	107.778,9	3.617,1
PARÁ	PA	177.967,1	285.430,2	11.172,2
PARAÍBA	PB	157.985,3	223.641,5	385,4
PERNAMBUCO	PE	245.316,2	322.239,1	1.560,3
PIAUI	PI	124.513,2	201.809,2	81,3
PARANÁ	PR	329.672,3	134.645,4	20.617,4
RIO DE JANEIRO	RJ	143.492,9	71.343,5	44.380,9
RIO GRANDE DO NORTE	RN	123.193,2	195.107,8	328,7
RONDÔNIA	RO	43.060,0	131.488,4	430,8
RORAIMA	RR	15.136,3	115.848,6	21,6
RIO GRANDE DO SUL	RS	331.163,5	109.969,1	27.368,9
SANTA CATARINA	SC	190.320,8	59.766,6	14.308,3
SERGIPE	SE	71.126,8	194.052,4	84,3
SÃO PAULO	SP	652.120,7	46.700,0	50.022,3
TOCANTINS	TO	69.492,7	202.677,9	139,1
<b>TOTAL</b>		<b>4.887.206,2</b>	<b>4.669.997,0</b>	<b>250.111,3</b>

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)